



**Universidade de Brasília (UnB)**  
**Instituto de Ciência Política (IPOL)**

## **COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO NA ERA FHC E LULA**

Uma estudo de caso sobre o comportamento dos respectivos governos quando da criação e instalação destas

**NATÁLIA LEMOS DA SILVA**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como exigência para obtenção do título de Cientista Política, sob a orientação do professor Rafael Silveira e Silva.

Brasília, 2017

## **SUMÁRIO**

<b>1 Introdução.....</b>	<b>2</b>
<b>2 Comissões Parlamentares de Inquérito: Origem e Normas.....</b>	<b>5</b>
<b>3 Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito: Período FHC e Lula.....</b>	<b>8</b>
3.1 CPMI do BANESTADO.....	8
3.2 CPMIs do Mensalão.....	11
3.3 CPMI dos Cartões Corporativos.....	16
3.4 CPMI do MST.....	18
3.5 A ausência de CPMIs no governo FHC.....	20
<b>4 Comissões Parlamentares de Inquérito não instaladas.....</b>	<b>23</b>
<b>5 Conclusão.....</b>	<b>26</b>
<b>6 Referências Bibliográficas.....</b>	<b>29</b>

## 1 Introdução

Em outubro do ano de 2015 se encerrava a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava atos ilícitos e irregulares praticados entre 2005 e 2015, no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A.. A denominada CPI da Petrobrás revelou um dos maiores escândalos de corrupção já existentes no Brasil. Com grande repercussão da mídia e com os holofotes voltados a ela, conjuntamente com a Operação Lava-Jato<sup>1</sup>, a CPI se mostrou à população brasileira, como em raros casos, como um importante instrumento de controle do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.

O Estado brasileiro organiza-se, conforme disposto no Art. 2 da Constituição Federal de 1988, na divisão dos três poderes, sendo eles o executivo, legislativo e judiciário, onde são independentes, porém harmônicos entre si. O Poder Legislativo, representado pelo Congresso Nacional brasileiro, tem a função primordial de legislar, bem como possui função de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, como disposto no Art. 70 da CF/88.

A criação de comissões permanentes ou temporárias é um dos mecanismos que o Poder Legislativo possui para cumprir sua missão. As comissões permanentes são separadas por temas e se destinam a analisar proposições relacionadas ao assunto de sua competência. Já as comissões temporárias, que tratam de temas específicos, são a externa e a Parlamentar de Inquérito, que é uma das mais importantes em termos de fiscalização e investigação, tanto no âmbito privado, quanto no âmbito da Administração Pública.

---

<sup>1</sup> Conforme o site do Ministério Público Federal, o nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

A informação está disponível em <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso 28 Jan. 2017.

O relatório final da CPI da Petrobras e suas conseqüências mostram, entretanto, que o poder de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é limitado, ao passo que sofre interferências internas e externas, e possui limites de competência estabelecidos pela Constituição Federal.

Dessa forma, pretendendo elucidar os trâmites de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito investigativa do governo; bem como seu *modus operandi* e seus resultados – as que obtiveram; o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de instalação de Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito - CPMI que investigam os governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, e de Luís Inácio Lula da Silva, de 2002 a 2010; bem como se deu o processo de andamento destas e os resultados de seus relatórios finais.

A intenção é mostrar, através de um estudo de caso, como cada governo se comportou diante de processos que pretendiam investigar suas ações, podendo assim levar a produção de materiais que poderiam produzir uma análise conclusiva de como cada governo age diante de determinadas situações.

O recorte feito entre 1995 e 2010, ou seja, governo FHC e governo Lula, foi realizado de modo que permita ao leitor efetuar uma comparação em relação ao *modus operandi* de governos de ideologias distintas. O período antes de 1995 foi pouco produtivo no que se refere à criação de CPIs, assim como há também escassos registros midiáticos que demonstrem como agiam os governos quando investigados. Ainda que o exemplo da CPI da Petrobrás, término em 2015, tenha sido um grande motivador da realização desse estudo, o período pós 2010, isto é, governo de Dilma Rousseff, não foi incluído no recorte por haver grande semelhança com o governo de Lula e, também, por não ter concluído seu segundo mandato, o que acarretaria em prejuízo temporal em termos de comparação com os outros dois governos.

Assim, serão analisadas as seguintes Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs):

1. 2003 - BANESTADO
2. 2005 - Correios

3. 2005 - Compra de Votos
4. 2008 - Cartões corporativos
5. 2009 - MST

Observa-se acima que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva protagoniza as CPIs que envolveram diretamente membros do Governo Federal. Ressalta-se ainda que o governo de Fernando Henrique Cardoso obteve bastante êxito em conseguir que as CPIs que investigavam diretamente seu governo não tivessem sucesso, seja por não serem ao menos instaladas ou por não serem finalizadas. Entretanto, ainda que a do Banestado tenha sido instalada em pleno governo Lula, foi destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, realizadas entre 1996 e 2002, época em que governava FHC, conforme será detalhado posteriormente.

Cabe lembrar que outras Comissões Parlamentares de Inquérito foram instaladas durante os dois governos, mas o estudo foca apenas nas que foram destinadas a investigar atos duvidosos e ilícitos provenientes do Poder Executivo.

Este trabalho trata-se de um estudo de caso estruturado em três capítulos. O primeiro trata das Comissões Parlamentares de Inquérito como instrumento de controle: origem e normas. No segundo capítulo, dividido em dois tópicos, serão apresentadas as CPMIs aqui já citadas; bem como uma breve análise de como o governo de Fernando Henrique Cardoso se desvencilhava da criação de comissões destinadas à investigação da Administração Pública. O terceiro capítulo irá conter o resultados de pesquisa dos periódicos digitais da referida época constando o porquê algumas Comissões não chegaram a ser instaladas ou, quando instaladas, porquê não foram concluídas. Por último, serão apresentadas as considerações finais, seguida das referências bibliográficas utilizadas para confecção do trabalho.

Espera-se que o referido trabalho traga à luz a reflexão sobre a efetividade das Comissões Parlamentares de Inquérito como meio de fiscalização e investigação; induzindo à produção de alternativas que tornem efetivos os meios de fiscalização dos inúmeros casos de corrupção no Brasil.

## **2 Comissões Parlamentares de Inquérito: Origem e Normas**

A origem das Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil datam do período Império, segundo Soares (2009, p. 9). Ocorreram investigações acerca dos órgãos controlados pelo Poder Executivo, mas não diretamente dele. Na primeira república, 1891 a 1930, poucos foram os inquéritos parlamentares que ocorreram, apenas 19.

Na Constituição de 1934 as Comissões eram previstas, mas ocorriam apenas na Câmara dos Deputados. Já a Constituição de 1946 previu as comissões de inquérito tanto para a Câmara dos Deputados como para o Senado Federal, no art. 53, para a análise de fato determinado, por requerimento de um terço de seus membros.

Na Constituição de 1967 acrescentou-se o art 39 que exigia prazo determinado para funcionamento das CPIs. Posteriormente, uma emenda de 1969, determinou o limite de cinco comissões ocorrendo simultaneamente; regra que poderia ser alterada caso a maioria dos membros da Câmara decidissem de forma contrária.

Assim, atualmente, temos as CPIs previstas na Constituição Federal de 1988 no art. 58, § 3º, que diz o seguinte:

As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Estão também previstas na Lei nº 1.579 de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. A Lei já sofreu alterações posteriores, mas segue como ponto de partida no que tange ao funcionamento das Comissões; além de que os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal possuem regras de criação descritas no art. 35 e 145, dos

respectivos regimentos; que se seguem:

Art. 35. A Câmara dos Deputados, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Parágrafo com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004).

§ 3º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo quorum de apresentação previsto no caput deste artigo.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.

§ 6º Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências que a Comissão solicitar.

Art. 145. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§2º Recebido o requerimento, o Presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§3º O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78.

Em termos de normas, vale ressaltar que as CPIs apenas investigam, isto é, não possuem poderes para julgar ou mesmo aplicar punições; exceto quando podem decretar prisão em casos de flagrantes. Os casos de prisão em flagrante são: desacato, falso testemunho, corrupção ativa, desobediência; entre outros crimes que estão na legislação penal.

Ademais, para que cumpra com as etapas de investigação, estas podem, no decorrer de seu período de funcionamento, requisitar funcionários da Administração pública ou do Poder Judiciário que possam colaborar com os trabalhos da comissão; Realizar diligências para apurar fatos, podendo se deslocar para outros lugares além dos plenários em que são realizadas as reuniões; Intimar testemunhas, realizar acareações e determinar quebras de sigilos fiscal, bancário e também telefônico, tendo o poder de determinar os prazos para que essas providências sejam tomadas.

Depois de criada, a Comissão tem cento e vinte dias para realização dos trabalhos e apresentação de relatório final, prorrogáveis por mais sessenta dias. Essa, entretanto, é uma norma que, de acordo com a Lei nº 1.579 de 1952, foi interpretada pelo Supremo Tribunal Federal de modo que possa funcionar até o término da legislatura das Casas, divididas em períodos de sessenta dias apenas para cumprimento de regimento.

A conclusão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é sucedida da ação do Ministério Público e outros órgãos, acerca do que estiver disposto no relatório final da comissão, conforme citado na Lei nº 10.001 de 4 de setembro de 2000, sancionada no Governo de FHC, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões destas.



### **3 Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito: Período FHC e Lula**

Este capítulo será dedicado à avaliação, de forma cronológica, das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito aqui já citadas, são elas: Banestado; Correios, Compra de Votos, Cartões Corporativos e MST. A ausência de investigação durante os mandatos de FHC será comentada em um próximo capítulo.

Cada narrativa relativa às comissões de inquérito está estruturada da seguinte forma. Será feita uma breve descrição do *modus operandi* da comissão, contendo fato determinante, composição, pontos principais do relatório final e suas consequências em termos de encaminhamento.

#### **3.1 CPMI do BANESTADO**

Em 2003, foi criada, através do requerimento de nº 5 de 2003, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Evasão de Divisas, denominada CPMI do BANESTADO (Banco do Estado do Paraná), com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30,000,000,000.00 (trinta bilhões de dólares) efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5, contas que permitiam transferência de dinheiro para o exterior.

Segundo a 31ª Edição da revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Desafios do Desenvolvimento, as CC5 foram criadas na década de 60, conforme Wolffenbüttel, 2007:

[...] foram criadas, em 1969, por um documento do Banco Central chamado “Carta Circular 5”, por isso acabaram conhecidas como CC5. São contas especiais, mantidas no Brasil por brasileiros que moram no exterior. O objetivo inicial era que o titular, ao vir ao Brasil, depositasse o dinheiro em moeda nacional (atualmente em reais) e, ao voltar ao exterior, pudesse sacar o dinheiro em moeda estrangeira. Portanto, era

possível, por meio da CC5, trocar reais por qualquer outra moeda.

O sistema, que ficou conhecido como “barriga de aluguel”, estava saindo em grande quantidade de dinheiro em espécie; assim, em 1996, o governo decidiu limitar o valor de remessa a 10 mil reais em dinheiro. Todavia:

[...] as CC5 continuaram sendo usadas para remessas ilegais, por isso, em 2005, depois do escândalo envolvendo o Banestado, o governo restringiu ainda mais a utilização das CC5. O brasileiro que quiser enviar dinheiro a outro país deve fazer um contrato de câmbio com uma instituição financeira, que será devidamente registrado e identificado no Banco Central.

À época, a referida CPMI foi composta por 34 membros, sendo 17 senadores e 17 deputados. O Presidente da comissão foi o então Senador Antero Paes de Barros, pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira- PSDB de Mato Grosso. O vice-presidente foi o Deputado Rodrigo Maia (DEM\RJ) e o Relator da comissão foi o Deputado José Mentor (PT\SP). Durante os 18 meses em que ocorreu, foram realizadas 81 reuniões para apurar as investigações.

Esta CPMI teve bastante impacto na sociedade quando foi realizada, pois, ao mesmo tempo que demonstrava um imenso esquema de corrupção, mostrava que o Legislativo seria capaz de investigar a fundo os pormenores e dar as devidas providências. Entretanto, a postura do relator e do presidente da comissão foram bastante criticadas durante o decorrer de seu funcionamento, especialmente quando da apresentação e votação do Relatório Final.

O embate entre o presidente tucano e o relator petista foi um dos motivos que tornou a CPMI como a CPI da Discórdia, segundo jornais da época. Além da polêmica tentativa de convocação do ex-prefeito Paulo Maluf para depor, o qual acabou não sendo convocado, como defendia o relator José Mentor; uma das grandes polêmicas foi, segundo o periódico Consultor Jurídico, 2004, o abuso das quebras de sigilos fiscais e bancários:

Foram mais de 1,7 mil pedidos. Essas quebras de sigilos acabaram atingindo diretamente o atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, acusado de não declarar à Receita Federal movimentações financeiras feitas no exterior. Em decorrência dessas acusações, o

governo federal decidiu colocar na pauta a Medida Provisória que dá status de ministro ao presidente do BC -- o que lhe concede foro privilegiado para ser processado.

O relatório final foi apresentado pelo deputado José Mentor (PT) sugerindo o indiciamento de 91 pessoas, entre elas o ex-presidente do Banco Central do Brasil na época do governo de Fernando Henrique Cardoso, Gustavo Franco, o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e o dono das Casas Bahia - rede varejista de móveis do Brasil - Samuel Klein. O valor do envio irregular de dinheiro a paraísos fiscais foi calculado em torno de 150 bilhões de reais. No relatório, Mentor sugeriu, dentre outras propostas, que fossem aplicadas tarifas mais baixas, a fim de permitir o repatriamento de parte do dinheiro desviado, o que foi duramente criticado, por insinuar um favorecimento sobre os acusados.

Após apresentação do parecer final, o presidente da Comissão, Antero Barros (PSDB), decidiu encerrar os trabalhos desta sem a votação do relatório. Barros, na época, emitiu uma nota com os resultados da CPMI, que se seguem:

1. A CPMI do Banestado cumpriu com suas obrigações e não protegeu ninguém.

1.1. Todos os documentos reunidos na CPMI - as bases de dados das contas CC5, do Banestado em Nova Iorque, da Beacon Hill, do MTB Bank e do Delta Bank - já foram enviados ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Secretaria da Receita Federal. O plenário da CPMI autorizou essa transferência, ao aprovar o requerimento 253, em agosto de 2003.

1.2. Com base nesses documentos, a Polícia Federal já realizou a Operação Farol da Colina, que resultou na prisão de dezenas de pessoas, e a Operação Zaqueu, no Amazonas, cujos suspeitos foram identificados na base de dados da CPMI.

1.3. Já a Receita Federal, a partir dos dados fornecidos pela CPMI de operações das contas CC5 no ano de 1998, abriu procedimentos fiscais para recuperar R\$ 1,5 bilhão em créditos tributários de pessoas e empresas que não declararam ao IR suas operações financeiras externas. A Receita está analisando os dados referentes aos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002 e adotando os procedimentos para a cobrança dos impostos devidos.

2. O fato de a CPMI não ter votado um relatório final não invalida e nem prejudica o trabalho de investigação e a punição dos culpados.

2.1. Independente do relatório final, já foram enviados ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Secretaria da Receita Federal todos os documentos reunidos, para o prosseguimento das investigações e

possível indiciamento dos que cometeram crimes de evasão fiscal e remessa ilegal de recursos.

2.2. Todos os documentos reunidos pela CPMI foram recebidos oficialmente e autuados. Os documentos oriundos do exterior foram carimbados no consulado do Brasil em Nova Iorque, ou seja, foram consularizados, portanto são legais e oficiais perante as autoridades brasileiras.

2.3. O Ministério Público Federal está recebendo os três relatórios finais apresentados à CPMI do Banestado: do relator José Mentor, do presidente Antero Paes de Barros e do deputado Edmar Moreira, além dos documentos que eles mencionam. Ninguém foi poupado. Cabe exclusivamente ao Ministério Público, a partir de agora, apresentar denúncias contra as pessoas que considerar suspeitas.

2.3.1. Se fosse aprovado apenas um relatório final, outros dois seriam invalidados. A decisão da CPMI amplia o foco da investigação e aumenta a relação de suspeitos.

2.4. Não compete à CPMI colocar sob suspeita ou invalidar os indícios e provas reunidos no curso das investigações. Admito que os advogados dos indiciados possam ter a preocupação de questionar a validade dos documentos. Ao Congresso Nacional compete encaminhá-los aos órgãos incumbidos de propor ação penal, cobrar tributos e recuperar ativos.

Apesar de os itens citados anteriormente abordarem a destinação dos relatórios ao Ministério Público, as consequências foram irrisórias diante do tamanho do rombo aos cofres público e diante do gigantesco caso de corrupção exposto. Das pessoas indiciadas, poucas foram presas, não sendo estas nenhum nome de grande destaque. Empresas citadas no esquema negociaram com a Receita Federal os impostos devidos, com o objetivo de findar o processo contra elas.

### 3.2 CPMIs do Mensalão

Após o conturbado processo de instalação da CPMI do Banestado, onde Lula parecia demonstrar a mesma falta de interesse de FHC em instalar processos que viessem a investigar a conduta de seu governo, como destaca Santi (2014, p.192-193):

[...] o governo Lula, seguindo uma linha semelhante à adotada pelo governo FHC, já demonstrara no seu primeiro ano precaução e pouca simpatia com CPIs. Isso ficara muito claro quando surgiram propostas de inquéritos para investigar evasão de divisas por meio de Contas CC5

do Banco do Estado do Paraná, alvo depois da Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal durante o governo FHC. A reação contrária da cúpula do governo Lula, nessa matéria, chegou a surpreender, pois alguns parlamentares recém-eleitos, como a Senadora petista Ideli Salvatti, tiveram a criação dessa CPI como bandeira de campanha. Diante das reações da mídia e da oposição, o governo cedeu e ainda em 2003 foi criada uma comissão mista, cujo primeiro signatário foi o Deputado Nelson Pellegrino do PT.

Surge então, em 2005, a gravação de um vídeo contendo imagens que mostravam o funcionário dos Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, recebendo propina. Marinho era Diretor de Contratação e Administração de Material, e havia sido indicado para o cargo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tal fato deu à luz diversas denúncias de corrupção envolvendo o partido, ressaltando o nome de Roberto Jefferson, presidente do PTB na época.

Dessa forma, com a publicação do vídeo, em maio de 2005 foi protocolado o requerimento número 3, no Congresso Nacional, com o objetivo de criar “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”. A Comissão viria investigar esquemas de corrupção não só nos Correios, mas em outras estatais. Isto posto, a CPMI dos Correios foi instalada em junho de 2005, composta por 16 deputados e 16 senadores. O presidente da Comissão foi o senador Delcídio Amaral (PT/MS) e o relator, o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR). Foram realizadas 159 reuniões.

A Comissão apresentou três relatórios parciais, sendo um deles aprovado conjuntamente com a CPMI da Compra de Votos, que será detalhada mais à frente. Segundo o relatório final dos trabalhos da CPMI dos Correios (2006, pg. 4):

Os fatos descritos no relatório motivaram a instalação, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, de diversos processos contra deputados federais. Em função desses processos, alguns deputados federais já renunciaram seus mandatos, outros foram cassados e outros têm os seus processos em andamento. A responsabilidade política pela

condução de tais processos pertence, hoje, exclusivamente à Câmara dos Deputados.

Como os trabalhos da Comissão não se restringiram apenas à investigação dos Correios, foram divididas cinco sub-relatorias, como forma de organizar melhor os trabalhos, foram elas: Contratos, Movimentações Financeiras, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Fundos de Pensão e Proposições Legislativas. A divisão guiou os trabalhos da Comissão e permitiu a produção de um Relatório Final, no qual abaixo transcreve-se um pequeno trecho em resumo aos resultados:

A CPMI “dos Correios” debruçou-se sobre extensa base de dados, talvez a maior analisada em investigações dessa natureza empreendidas pelo Congresso Nacional. Nesse nove meses, a base de dados dos sigilos bancários foi carregada com mais de 20 milhões de registros bancários e 33 milhões de registro telefônicos.

A CPMI “dos Correios” desencadeou um processo de depuração pública que, inegavelmente, catalisou a atenção da sociedade brasileira e da opinião pública, e deu passos fundamentais para a elucidação de crimes e irregularidades administrativas. As sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos instaurados e levados adiante em diversos órgãos da administração pública, em muitas oportunidades após a data de instauração da CPMI, atestam a importância da atuação parlamentar neste episódio.

As consequências abrangeram não só os Correios, a pedra fundamental das investigações, mas instituições como o Banco do Brasil, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, diretórios nacionais e estaduais partidários e o próprio Congresso Nacional.

A CPMI dos Correios, diferentemente da CPMI do Banestado, produziu diferentes resultados. No ano de 2012, o Superior Tribunal Federal julgou o mensalão ocorrido, houve a condenação de 25 réus, resultado de um processo de se iniciou em 2005, com a instalação das CPMIs dos Correios e da Compra de Votos. Na decisão do STF houve o entendimento do cometimento de sete crimes, entre eles formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva.

Segundo o cientista político, Ricardo Guanabara<sup>2</sup>, “A CPMI trouxe um

---

<sup>2</sup> "Investigações da CPMI dos Correios levaram à condenação de políticos." 11 Apr. 2013,

resultado inédito, histórico: a condenação por crimes comuns no STF de pessoas importantes do setor financeiro, de líderes partidários, pessoas de um extrato social que é muito raro de se ver em processos criminais no País e mais raro ainda de se ver condenado”.

Em julho de 2005, através do requerimento nº 7 do Congresso Nacional, iniciou-se a tramitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos, que foi “destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.” Ou seja, serviu para apurar denúncias de recebimentos de vantagens por parlamentares, em troca de votações desde 1997, quando foi aprovada a referida emenda.

A composição da Comissão, que não está disponível no site do Senado, foi um tanto quanto conturbada, o Presidente era o Senador Amir Lando (PMDB/RO), o vice-presidente era Paulo Pimenta (PT/RS), que deixou o posto após denúncias de ter pego carona com o publicitário Marcos Valério de Souza, envolvido no esquema de que se tratava a Comissão. O cargo não voltou a ser preenchido. O relator era o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP/MG).

Durante os trabalhos, a CPMI tomou depoimentos do já citado Marcos Valério, do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares; do PTB, Emerson Palmieri; do PL, Jacinto Lamas, e o ex-assessor do PP, José Cláudio Genu; dentre outros nomes de grandes caciques dos partidos.

Para averiguar a denúncia de compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, o deputado Ronivon Santiago (PP/AC) foi ouvido na Comissão. Uma gravação de 1997 mostrava o deputado negociando venda de voto a favor da reeleição, o que disse ser uma montagem, à época.

No dia 16 de novembro de 2005, esgotou-se o prazo de funcionamento da comissão sem que tivesse ocorrido a votação do parecer final do relator,

este não consta no site do Senado por não ter sido aprovado, sendo assim a Comissão extinta. O único parecer constante nos documentos da comissão é referente ao relatório parcial aprovado conjuntamente com a CPMI dos Correios.

Assim, observa-se que enquanto a CPMI dos Correios obteve êxitos no resultado de suas investigações e consequências proveitosas no que diz respeito ao combate à corrupção, a CPMI da Compra de Votos, que foi instaurada justamente pela denúncia de Roberto Jefferson da existência de uma mesada em troca de votos, produziu exímios resultados, conforme texto do site da câmara dos deputados:

A CPMI dos Correios foi criada para apurar acusações de pagamento de propina na estatal. Ao ter seu nome envolvido, o presidente do PTB e então deputado federal Roberto Jefferson (RJ) fez a denúncia de que havia um esquema de compra de apoio político na Câmara dos Deputados por meio de uma mesada a parlamentares, esquema que ele intitulou como "Mensalão". Uma nova CPI foi criada especificamente para apurar a compra de votos parlamentares, mas a comissão, de maioria governista, foi extinta sem ter um relatório final aprovado. As denúncias então voltaram a ser avaliadas pela CPMI dos Correios, que depois de um ano de trabalho aprovou relatório, concluindo que houve a mesada a parlamentares. Foi feito o pedido de indiciamento de 120 pessoas, entre elas, o então chefe da Casa Civil, José Dirceu. Na Câmara, quatro deputados renunciaram, três foram cassados e 12 absolvidos. O resultado da CPMI dos Correios resultou, em 2012, no julgamento histórico do Mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal, em que 25 dos 38 réus foram condenados.<sup>3</sup>

### 3.3 CPMI dos Cartões Corporativos

---

<sup>3</sup> "Confira dados sobre todas as CPIs da Câmara e CPMIs do Congresso ...." 11 Apr. 2013, <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/439829-CONFIRA-DADOS-SOBRE-TO-DAS-AS-CPIS-DA-CAMARA-E-CPMIS-DO-CONGRESSO-NACIONAL.html>. Acesso 2 Fev. 2017.



Os cartões corporativos do Governo Federal foram instituídos no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001. O cartão foi criado para utilização com despesas pequenas e urgentes. Entretanto, denúncias de que o cartão estivesse sendo usado para dispensar licitação, presentear governistas, bem como outros atos ilícitos foram fundamentais para que, em 2008, fosse criada a CPMI dos Cartões corporativos, através do requerimento nº 2 de 2008, do Congresso Nacional, de autoria do deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP) e outros parlamentares das duas Casas. O objetivo era “Investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.” A justificativa é referente aos gastos, nos últimos anos, que partiram da ordem de 3,6 milhões de reais em 2002 para 75,6 milhões de reais em 2007. Os autores ressaltam, na justificativa do requerimento de criação, entretanto, que o cartão é uma boa e relevante política de gestão:

“De início, necessário se faz consignar que o instituto do cartão corporativo é um instrumento eficiente e eficaz na desburocratização de ações emergenciais e essenciais do Governo Federal, utilizado nas modernas gestões dos mais importantes países do mundo. Portanto, que fique claro, ab initio, que o objetivo desta CPMI não é voltar-se contra o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, mas sim, apurar os desvios e abusos no seu uso.”

A Comissão foi composta por 12 senadores e 12 deputados. Presidida pela Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS), teve como vice-presidente o deputado Marcelo Melo (PMDB/GO). O relator foi o deputado Luiz Sérgio (PT/RJ). Foram realizadas 18 reuniões e 16 audiências em 87 dias de funcionamento. As investigações abrangeram um período desde o governo FHC.

As investigações foram marcadas por escândalos. Após as denúncias, antes mesmo do início da Comissão, a então Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, pediu exoneração do cargo após suspeita de uso indevido do cartão corporativo. O Portal da Transparência indicava que, apenas em 2007, a ex-ministra gastou

mais de 170 mil reais.

Em meio às investigações da CPMI, surgiu uma planilha produzida na Casa Civil com gastos do ex-presidente FHC e sua esposa Ruth Cardoso. A ministra da Casa Civil era Dilma Rousseff, porém o Secretário de Controle Interno da pasta, José Aparecido Nunes Pires, foi o apontado pela Polícia Federal como suspeito do vazamento do dossiê. Pires, que pediu exoneração do cargo, confirmou a acusação em depoimento à CPMI de que havia vazado por engano a planilha, mas que não havia feito a mando de ninguém.

Apesar do teor escandaloso e conturbado do andamento da Comissão, o relator Luiz Sérgio produziu um relatório pouco conclusivo, dando a entender que, os gastos irregulares expostos pela mídia, são gastos comuns que foram mal interpretados. Afirmando ainda que houve apenas casos isolados do uso indevido do Cartão Corporativo do Governo Federal.

No Relatório Final consta:

Apesar de hoje se saber que, em grande parte, as denúncias iniciais eram resultado de equívocos, a publicação de informações sobre as despesas com o Cartão de Pagamento no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU) e a análise natural desses dados pela mídia e pela sociedade foram fundamentais para que esta Comissão fosse criada. Importante porque, por intermédio dos trabalhos de todos os membros desta Comissão, pode-se hoje clarear os fatos que antes eram confusos e mal compreendidos. Mais relevante ainda, pois com o debate durante as sessões e suas repercussões na sociedade, pôde-se reavaliar o uso não apenas do Cartão de Pagamento pelo Governo Federal, mas também do mecanismo tradicional de pagamento de suprimento de fundos, conhecido como “conta do Tipo B”, com o objetivo de se propor alterações legislativas ou, quando não cabível, recomendações e sugestões.

A referida “conta do Tipo B” é especificada no site da Câmara dos Deputados como:

Modalidade de conta corrente bancária movimentada por órgãos e entidades da administração pública federal. Essas contas recebem recursos de suprimento de fundos e de adiantamentos, sendo geralmente utilizadas para pagar pequenas despesas, por meio de saques, cheques e guias de depósito.

As contas tipo B são vinculadas à unidade gestora responsável e movimentadas pelo agente pagador beneficiário (servidor público). Essas contas vêm sendo gradualmente substituídas pelo cartão de crédito corporativo.

Assim, no relatório, o deputado Luiz Sérgio não mencionou o referido dossiê com gastos de FHC, à época em que governava; bem como inocentou todos os ministros do governo Lula.

Recomendações relevantes foram feitas no parecer do relator, como: limitação dos saques por pessoa suprida; Vedação do uso do cartão por Ministro de Estado, com estabelecimento de preço fixo por diárias; Utilização de filtros no cartão, a fim de conter gastos que não sejam provenientes da pasta; entre outros.

Assim sendo, a Comissão, mesmo que com resultados pouco conclusivos em termos de indiciamentos, foi importante para melhoria na política de uso do cartão, como o aperfeiçoamento do Portal da Transparência na divulgação dos gastos do governo. E com atitudes que foram tomadas até mesmo antes da instalação da Comissão, diante das inúmeras denúncias, como a edição do Decreto 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, que:

Altera os Decretos nos 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, e determina o encerramento das contas bancárias destinadas à movimentação de suprimentos de fundos.

### 3.4 CPMI do MST

Em 2009, o Congresso Nacional instalou a terceira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde 2003. O requerimento de criação número 24, do Congresso Nacional, foi protocolado pela Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e os deputados Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) no Senado, com o objetivo de “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em

convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária.”

Segundo jornais da época, a motivação para investigação foi devida a uma denúncia, da revista *Veja*, de que havia convênios irregulares celebrados entre o governo federal e entidades ligadas ao MST, motivando também a averiguação de qual é a verdadeira origem de recursos repassados por ONGs nacionais e estrangeiras para o Movimento.

A Comissão foi formada por 18 deputados e 18 senadores. O Senador Almeida Lima (PMDB/SE) e o Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) foram eleitos, respectivamente, para a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. A relatoria ficou a cargo do deputado Jilmar Tatto (PT/SP).

Ao longo das 13 reuniões oficiais, foram ouvidas dezenas de pessoas – de integrantes de entidades e associações que desenvolvem atividades no meio rural a membros das mais diversas pastas do Executivo federal, passando por especialistas na questão agrária.

Em julho de 2010, o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) chegou a apresentar seu relatório final, no qual frisava a “inexistência de qualquer irregularidade no fato de as entidades manterem relações e atenderem público vinculado a movimentos sociais”<sup>4</sup>. O texto defendia a criação de mecanismos de controle mais eficientes para evitar punições por falta de regras mais claras sobre prestação de contas, segundo o jornal *Correio do Brasil*:

O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU) devem continuar realizando auditorias de acompanhamento da execução dos convênios.

Além disso, o parecer propunha um projeto de lei com procedimentos mais claros para os convênios do governo com entidades da sociedade civil. “As políticas de desenvolvimento agrário devem ser concebidas e

---

<sup>4</sup> “Mídia Esconde Enterro Da CPMI Do MST | Brasil de Fato.” 1 Mar. 2011, <https://www.brasildefato.com.br/node/5798/>.

implementadas de forma articulada com as outras políticas setoriais, como as referentes à proteção ambiental, agricultura, ciência e tecnologia, indústria e comércio, entre outras”

Entretanto, aqueles pediram a criação da comissão não ficaram satisfeitos com o parecer, pedindo então a prorrogação da comissão por mais seis meses. Durante o tempo de prorrogação nada mais foi votado ou discutido, e a Comissão foi encerrada em janeiro de 2011 sem que fosse feita a apreciação do relatório final.

### 3.5 A ausência de CPMLs no governo FHC

Para compreender as razões pelas quais o governo de Fernando Henrique Cardoso não teve a instalação de Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, é necessário voltar ao final do governo anterior e compreender alguns fatos.

Em maio de 1992, quando o então Presidente Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, enfrentava seu terceiro ano de governo, foi publicada a Revista Veja n. 1236, de 25 de maio, com denúncias feitas pelo Sr. Pedro Collor de Mello, irmão do Presidente, contra o Sr. Paulo César Cavalcante Farias (PC Farias), tesoureiro da campanha de Fernando Collor, que estaria obtendo vantagens indevidas, utilizando-se de sua proximidade com o chefe do Executivo. As acusações configuraram no enriquecimento ilícito pelo Sr. PC Farias, bem como no seu tráfico de influência no governo federal. A denúncia motivou a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito intitulada “CPMI Esquema PC Farias”. Concomitantemente, houve também a abertura de um processo na justiça comum contra o presidente pela mesmas acusações. Estas ações culminaram na abertura e concretização do processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello.

O esgotamento causado pela “CPMI do Collor/PC” no Poder Executivo foi tão intenso, que se torna instintivo imaginar que um próximo governo

evitasse a instalação de qualquer Inquérito Parlamentar que viesse investigar e pudesse, de alguma forma, prejudicar a Administração Pública Federal.

É válido ressaltar que o objeto de estudo deste trabalho são as Comissões Parlamentares Mistas de Inquéritos investigativas do governo. Ou seja, é equivocado afirmar que o governo FHC não teve outras Comissões Parlamentares de Inquérito; estas apenas não se tratavam de investigar a União e demais órgãos.

Em tempo, o período FHC foi marcado por diversas denúncias de corrupção e, ao mesmo tempo, por sucessivas tentativas de abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar certos casos. Porém, os governistas realizavam diversas manobras que pudessem evitar a criação, ou quando criadas, a instalação dessas Comissões. Segundo Santi (2014, p. 104) Fernando Henrique estava com uma preocupação mais centrada na política econômica do País, fazendo com que evitasse algo que pudesse desviar o foco desse eixo.

Nessa linha, no início do governo, FHC lançou o Decreto n. 1376, de 19 de janeiro de 1995, que “Extingue a Comissão Especial criada pelo Decreto nº 1.001, de 6 de dezembro de 1993.”

Decreto 1.376/95:

Art. 1º Fica extinta a Comissão Especial, criada pelo Decreto nº 1.001, de 6 de dezembro de 1993.

Art. 2º O acervo documental proveniente de diligências e investigações realizadas pela Comissão fica sob a guarda do Ministério da Justiça.

Art. 3º Os procedimentos sobre diligências e investigações, a propósito de fatos, atos e contratos, relativos a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta integram as competências da Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda. (...)

A intenção era evitar qualquer meio de investigação, já que a duração do especificado no Decreto poderiam ter prazos bem maiores que das CPIs ou CPMIs.

Segundo Lesch (2014), na contramão do Governo Collor, que não podia contar com o apoio do Poder Legislativo, o governo FHC construiu uma base

sólida no Congresso Nacional, conferindo ao Poder Executivo o controle diretamente sobre as movimentações do Poder Legislativo. Assim, ficou evidente a força e a influência que o FHC obteve, quanto à limitação da função fiscalizatória do Poder Legislativo, ao impedir a criação de Comissão de Inquérito para investigar o governo.

Outro fato constante é o de que, uma denúncia, para obter grande alcance e surtir efeito tem de ser feita em massa, isto é, na maioria dos casos em que uma denúncia gerou incômodo ao ponto de instigar parlamentares a investigar a origem destas, foi quando a mídia se envolveu. Nesse ponto, dois fatos são relevantes:

1. Na época de FHC, a grande mídia era representada pelos jornais impressos e pelos telejornais, noticiados em sua grande maioria na parte da noite. A mídia digital era coisa rara, o computador era mais usado para enviar e-mails e produzir documentos próprios, dos quais não seriam veiculados em redes sociais em questão de segundos. O que na época de Lula já era um pouco diferente, os meios de comunicação começavam a se desenvolver e se expandir. O computador deixara de ser prioridade e o *laptop* passava a compor as mesas de trabalhos e ambientes inesperados. A mídia digital então começava a se desenvolver mais.
2. O governo de FHC não foi isento de grandes escândalos e casos de corrupção. Entretanto, este contou com a cumplicidade da mídia, que ajudou a acobertar a corrupção ao sonegar ao público notícias sobre escândalos que dispensariam o bom e velho “domínio do fato”, pois provas haviam, vide caso da CPML da Compra de Votos, que fora instalada no outro governo apenas.

#### **4 Comissões Parlamentares de Inquérito não instaladas**

Neste capítulo serão abordados escândalos de corrupção envolvendo a Administração Pública que estiveram prestes a se tornar uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou Mista de Inquérito, mas não obtiveram êxito, em ambos os governos de Fernando Henrique Cardoso e também de Luiz Inácio Lula da Silva. Aqui não será restrita a abordagem das CPMIs, pois o foco é pautar os escândalos que poderiam ter trazidos frutos positivos para a sociedade se investigados, e como os governos reagiram que não fosse investigados no âmbito das CPIs.

Na época de FHC, por exemplo, diversos casos de corrupção envolvendo a Administração Pública quase vieram à tona, como, por exemplo o caso dos Precatórios, em 1996, quando eclodiu a falcatrua no pagamento de títulos no Departamento de Estradas de Rodagem (DNER). Os beneficiários da fraude pagavam 25% dos precatórios para uma quadrilha que abastecia o esquema. O prejuízo para a União de quase R\$ 3 bilhões, foi uma das consequências. A outra, que foi a extinção do órgão por conta do escândalo, não conseguiu que opositores do governo criassem uma Comissão para investigar o caso.

O caso da CPMI da Compra de Votos, que foi realizada em 2005, é proveniente de denúncias realizadas em 1997, quando FHC ainda governava. Entretanto, o deputado Ronivon Santiago (PFL/AC), que teria recebido 200 mil reais para votar a favor do projeto que permitiria a reeleição, renunciou ao mandato e foi expulso do partido. Tal fato foi combustível para que governistas conseguissem barrar a instalação da Comissão, que seria então instalada no início do próximo governo.

Ao final de seu governo, em 2001, FHC amargava um baixo índice de aprovação, 35%, resultado dos inúmeros casos de corrupção que estavam eclodindo e que não eram pautados para a sociedade. As denúncias eram tantas, que até a base governista cogitou a criação da “CPI da Corrupção”, que investigaria 16 pontos:



Tráfico de influências pelo o ex-secretário geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira;

Irregularidade envolvendo do ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira na privatização da Tele Norte Leste;

Liberação de verbas irregulares para o DNER;

Denúncias de caixa 2 nas campanhas eleitorais envolvendo o ministro Andrea Matarazzo (Comunicação); – omissão do Banco Central na apuração nas denúncias de desvios do Banpará que teriam beneficiado Jader Barbalho;

Omissão do BC na apuração do dossiê Caribe [conjunto de documentos sem autenticidade comprovada sobre uma suposta empresa com sede nas Ilhas Cayman do presidente Fernando Henrique Cardoso, do ministro José Serra (Saúde), e do ex-governador de São Paulo Mário Covas e do ex-ministro Sérgio Mota (Telecomunicações), mortos respectivamente em março e em abril de 1998;

Omissão do BC em apurar suspeita de crime tributário, fraude e sonegação pela empresa OAS, ligada a ACM;

Omissão do BC nas investigações da chamada “pasta rosa”, sobre contribuição do Banco Econômico para campanha de ACM;

Omissão do BC na investigação de contas fantasmas abastecidas pela TV Bahia, que pertence a ACM;

Fraudes na concessão de incentivos fiscais pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia);

Irregularidades em contratos de portos e aeroportos das cidades de Salvador (BA), Santos (SP) e nas obras de ampliação e modernização do aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador;

Irregularidades e superfaturamento na instalação da usina nuclear Angra 2, envolvendo a Eletrobras/Eletronuclear, Furnas e distribuidores de energia;

Emissão de CPFs irregulares na Bahia;

Desvios na utilização de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> "Como o PSDB enterrou a CPI da corrupção em 2001 | Blog da ...." 13 Apr. 2014, <http://www.blogdacidadania.com.br/2014/04/como-o-psdb-enterrou-a-cpi-da-corrupcao-em-2001/>.

Ainda assim, o governo conseguiu, após diversas manobras, impedir que a Comissão fosse instalada. Cabe ressaltar que, à época, o país enfrentava um crise no setor de energia, e também um esgotamento na economia, o que causava um inchaço ainda maior na opinião pública.

Os grandes aliados de FHC eram a mídia, que pouco incentivava as investigações dos escândalos, e também o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, que fora batizado de “engavetador-geral”. Dos 626 inquéritos instalados até maio de 2001, 242 foram engavetados e outros 217 foram arquivados. Estes envolviam 194 deputados, 33 senadores, 11 ministros e ex-ministros e o próprio FHC.

No ano de 2006, o Jornal Folha de São Paulo<sup>6</sup> publicou uma matéria onde afirma que Lula e Collor tiveram o maior número de CPIs abertas, enquanto Lula teve um número mais expressivo de CPIs inacabadas, a exemplo da CPMI do Banestado e da CPMI da Compra de Votos, que acabaram em “pizza”.

Assim, enquanto um governo se especializa na arte de barrar a criação de comissões que investiguem suas ações, o outro tenta se profissionalizar no saber frear o funcionamento de uma comissão. O termo “tenta” foi utilizado, pois cabe ressaltar que o governo Lula teve CPIs que produziram grandes resultados e baixas consideráveis em seu governo, como a CPMI dos Correios.

---

<sup>6</sup> "Folha de S.Paulo - Lula e Collor têm maior número de CPIs ... - Uol." 28 Sep. 2006, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2809200610.htm>.

## 5 Conclusão

O presente estudo de caso destinou-se a analisar brevemente os casos de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no governo de Fernando Henrique Cardoso e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De início, foram destacadas as origens e normas que guiaram as referidas comissões até o período citado.

Diante das etapas de criação ou instalação das comissões analisadas no texto, é válido relembrar que a CPMI do BANESTADO, que apurou a evasão de divisas em paraísos fiscais, foi criada, instalada, desenvolvida, teve relatório final apresentado, mas não foi votado, pois o Presidente da Comissão decidiu que não havia motivos para tal e que a Comissão já havia cumprido seu trabalho.

As CPMIs do Mensalão, sendo estas a CPMI dos Correios e a CPMI da Compra de Votos, que tiveram relatório parcial votado conjuntamente, tiveram rumos distintos: a primeira, dividida e estruturada em sub-relatorias, teve relatório final, foi votado e, em 2012, o STF indiciou 25 réus dos quais foram denunciados pela Comissão. Enquanto que a segunda, foi instalada, mas teve como único relatório o parcial, anteriormente citado; o relatório final desta não foi votado, pois o prazo de funcionamento havia se esgotado.

Na mesma linha da CPMI dos Correios, seguiu a CPMI dos Cartões Corporativos, ainda que o relatório final apresentado pelo relator tenha sido neutro e pouco conclusivo acerca das acusações que eram feitas. Já a CPMI do MST, trilhou o mesmo caminho da CPMI da Compra de Votos, a diferença é que com resultados praticamente nulos.

Dessa forma, o exemplo mais claro de como os dois governos se comportavam diante de investigações sobre suas pode ser visto na CPMI da Compra de Votos. Em 1997, quando houve a primeira tentativa de instalá-la, o governo tucano praticou manobras que coibiram a criação desta. No governo petista, no entanto, a Comissão foi criada e instalada, mas sem frutos relevantes. Esse caso é o espelho concreto do *modus operandi* destes dois governos.

De maneira breve e sucinta, o presente trabalho deu luz às possíveis

explicações da ausência de CPMLs no governo tucano. Servindo para corroborar as hipóteses postas de que: 1. após o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, decorrente das inúmeras investigações realizadas acerca de denúncias de corrupções, o melhor remédio era a prevenção; e 2. FHC tinha dois grandes aliados que o ajudavam nas manobras de impedimento, parte da mídia e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Em relação ao governo petista de Lula, observa-se que, com a população esgotada por conta dos escândalos de corrupção do governo anterior, a melhor ação não seria barrar a instalação das Comissões, pois as desconfiças seriam enormes. Mas, sim, deixar rolar e então, quando o cerco midiático sobre a investigação estivesse menor, tentar acabar com a Comissão.

Uma das conclusões que se pode obter ao analisar o presente estudo é a de que a corrupção é estrutural e institucionalizada, isto é, se colocar uma lupa nos detalhes de cada uma das comissões aqui citadas, vê-se que os atores políticos e empresas envolvidas se cruzam nas diversas denúncias e nas mais variadas investigações.

A queda de Collor, em 1992, e suas consequências aos governos posteriores nos leva à conclusão de que governos, além de agir de forma ética e moral, devem se resguardar, pois as Comissões Parlamentares de Inquérito podem derrubar presidentes. A lição ficou para cada um: governos não gostam de ser investigados e usarão manhas e artimanhas para que isso não aconteça.

A despeito desta última conclusão, o site da Câmara dos Deputados produziu uma Reportagem especial<sup>7</sup> que analisou historicamente as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na Casa. CPIs que tradicionalmente, quando possuem seus trabalhos finalizados, levam três resultados: mudanças nas leis, punição de acusados e alterações em políticas públicas.

A reportagem diz, entretanto, que a eficácia dos instrumentos dos partidos de oposição ao exercerem o direito de investigar foi perdida, pois

---

<sup>7</sup> "CPIs viraram instrumento de governo e perderam eficácia, dizem ...." 11 Apr. 2013, <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/439826-CPIS-VIRARAM-INSTRUMENTO-DE-GOVERNO-E-PERDERAM-EFICACIA,-DIZEM-ESPECIALISTAS.html>.

tornou-se instrumento a favor do governo. A afirmação é de Argelina Figueiredo, em uma análise da Câmara entre 1946 e 2002:

“O Executivo usa a CPI como um instrumento para impedir que a oposição funcione. O governo tem maioria, consegue assinaturas para criar a comissão. No entanto, o governo não tem interesse de concluir essa CPI; ela está ali simplesmente para ficar na fila, para impedir que outra – da oposição, que pode incomodar mais – seja instalada”, explica, lembrando que isso só é possível porque na Câmara dos Deputados não podem funcionar mais que cinco CPIs ao mesmo tempo.

Segundo Figueiredo, ainda que os governos tenham aumentado o controle dentro das CPIs, com o maior apoio de parlamentares ao Executivo, estas comissões são algo que os governantes evitam, porque “ocupa o Congresso nas atividades investigativas e menos nas atividades de produção de políticas, de aprovação de leis que o Executivo tem interesse”.

Conforme já ressaltado neste presente trabalho, poucas comissões produzem resultados concretos de investigação, sendo que, de acordo com o Cientista Político da Universidade de Brasília Lucio Rennó, a única forma de medir esses resultados é analisando proposições legislativas oriundas de seu relatório final. O que é complicado, pois nem todas chegam até tal etapa.

Assim, apresentadas as devidas conclusões acerca da narrativa do referido estudo de caso, pode-se pensar que muitos estudos deverão ser realizados e políticas públicas apresentadas para que: 1. o número de escândalos de corrupção seja cada vez menor; e 2. quando houverem, que os mecanismos de investigação do Poder Legislativo sejam usados como instrumento positivo para a sociedade, produzindo resultados e diminuindo reincidências.

## **6 Referências Bibliográficas**

SOARES, José de Ribamar Barreiros. *O que faz uma CPI*. 2ª edição. Brasília, Câmara dos Deputados, 2009.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/ccvil\\_03/consituicao/constituicao46.htm](http://planalto.gov.br/ccvil_03/consituicao/constituicao46.htm)> Acesso: em 03 out. 2014

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso: em 13 jan. 2017

BRASIL. Lei Federal n. 1579/1952. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 de jan. 2017

BRASIL. Lei Federal n. 10.001/2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10001.htm)> Acesso em 14 de jan. 2017.

BRASIL. Congresso. Regimento Interno Senado Federal – Brasília: Senado Federal, 2011

BRASIL. Congresso. Regimento Interno Câmara dos Deputados.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira Baracho. *Teoria geral das Comissões Parlamentares: comissões parlamentares de inquérito*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BRASIL. *Documentos da CPMI dos Correios*. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?6&codcol=1328>> Acesso em 28 de jan. 2017.

BRASIL. *Documentos da CPMI de Compra de Votos*. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?2&codcol=1335>> Acesso em 28 de jan. 2017.

BRASIL. *Documentos da CPMI do Banestado*. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=994>> Acesso em 27 de jan. 2017

BRASIL. *Relatório Final da CPMI dos Cartões Corporativos*. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em:

<<http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/RelatorioFinalCartoes.pdf>>  
Acesso em 28 de jan. 2017

BRASIL. *Documentos da CPMI do MST*. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?8&codcol=1528>> Acesso em 30 jan. 2017

BRASIL. Decreto nº 6.370/2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6370.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6370.htm#art1)> Acesso em 01 de fev. 2017

BRASIL. Decreto nº 1.376 de 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1376.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1376.htm)> Acesso em 02 de fev. 2017

BRASIL. *Contas Tipo B*. Brasília: Agência Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/119198.html>> Acesso em 01 de fev. 2017.

SANTI, Marcos Evandro Cardoso. *As CPI's e o Planalto*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> Acesso em 21 de jan. 2017

Wolffenbüttel, Andréa. *O que é? Contas CC5. Desafios do Desenvolvimento*. Ano 4, Edição 31. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2004-dez-28/cpi\\_banestado\\_terminou\\_pizza\\_presidente\\_oab](http://www.conjur.com.br/2004-dez-28/cpi_banestado_terminou_pizza_presidente_oab)> Acesso em 26 de jan. 2017

Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2004-dez-14/relatorio\\_cpi\\_banestado\\_aponta\\_evasao\\_150\\_bi](http://www.conjur.com.br/2004-dez-14/relatorio_cpi_banestado_aponta_evasao_150_bi)> Acesso em 26 de jan. 2017

Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2004-dez-27/antero\\_justifica\\_encerramento\\_votacao\\_relatorio](http://www.conjur.com.br/2004-dez-27/antero_justifica_encerramento_votacao_relatorio)> Acesso em 27 de jan. 2017

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/439829-CONFIRA-DADOS-SOBRE-TODAS-AS-CPIS-DA-CAMARA-E-CPMIS-DO-CONGRESSO-NACIONAL.html>> Acesso em 02 de fev. 2017

Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/439843-INVESTIGACOES-DA-CPMI-DOS-CORREIOS-LEVARAM-A-CONDENACAO-DE-POLITICOS.html>> Acesso em 29 jan. 2017

Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL373871-5601,00-ENTENDA+A+CRISE+DOS+CARTOES+CORPORATIVOS.html>> Acesso em 28 jan. 2017

Disponível em:  
<<http://www.correiodobrasil.com.br/cpmi-do-mst-conclui-relatorio-e-isenta-movimento/>> Acesso em 29 jan. 2017

Disponível em:  
<<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2010/marco/cpmi-do-mst>>  
Acesso em 29 jan. 2017

Disponível em:  
<<http://www.blogdacidadania.com.br/2014/04/como-o-psdb-enterrou-a-cpi-da-corrupcao-em-2001/>> Acesso em 31 jan 2017

Disponível em:  
<<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governo-collor-mello.htm>>  
> Acesso em 31 jan. 2017

Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/439826-CPIS-VIRARAM-INSTRUMENTO-DE-GOVERNO-E-PERDERAM-EFICACIA,-DIZEM-ESPECIALISTAS.html>> Acesso em 02 jan. 2017

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2809200610.htm>>  
Acesso em 01 jan. 2017